



**PAUTA
PARA A 38ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 09 DE ABRIL DE 2012**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

- 1 - Projeto de lei nº 203, de 2012, de autoria do deputado Orlando Morando. Dispõe sobre a proibição da venda, entrada, propaganda, consumo e degustação de bebidas alcoólicas nos Estádios de Futebol e eventos esportivos no Estado.
- 2 - Projeto de lei nº 204, de 2012, de autoria do deputado Campos Machado. Altera a Lei nº 12.685, de 2007, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado.

2ª Sessão

- 1 - Projeto de resolução nº 5, de 2012, de autoria do deputado Enio Tatto. Torna obrigatória a existência de bicicletário específico para visitantes no âmbito da Assembleia Legislativa.
- 2 - Projeto de lei nº 199, de 2012, de autoria da deputada Heroilma Soares Tavares. Institui o "Programa de Atendimento e Inclusão (PAI)", sob coordenação da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o apoio de outras Secretarias afins.
- 3 - Projeto de lei nº 200, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Torna obrigatório o repovoamento dos Lagos formados pelos Reservatórios das Usinas Hidrelétricas do Estado, através da soltura mensal de alevinos cujas espécies fazem parte de seus respectivos "habitats" naturais.

4 - Projeto de lei nº 201, de 2012, de autoria da deputada Beth Sahnão. Dispõe sobre o direito a licença para funcionários públicos que, durante ou após o nascimento de seus filhos, perderam suas esposas ou companheiras, por morte ou incapacidade física ou mental permanente, igual à licença maternidade existente em lei.

5 - Moção nº 24, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Protesta contra a demissão dos funcionários integrantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA pela empresa Companhia de Bebidas das Américas - AmBev, que no exercício de suas funções relataram os erros e problemas no ambiente de trabalho.

6 - Moção nº 25, de 2012, de autoria do deputado Marcos Martins. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para a priorização do Projeto de Lei nº 2295/2000, que dispõe sobre a redução da jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

3ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 4, de 2012, de autoria do deputado André Soares. Altera o § 4º do artigo 90 da XIV Consolidação do Regimento Interno.

2 - Projeto de lei nº 185, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Dispõe sobre a proibição do uso de caixas de papelão usadas para embalar compras em estabelecimentos de varejo, supermercados e congêneres no Estado.

3 - Projeto de lei nº 186, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Estado.

4 - Projeto de lei nº 187, de 2012, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica como Estância Turística o Município de Palestina.

5 - Projeto de lei nº 188, de 2012, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a Associação "Loucos Pela Vida", em Mogi das Cruzes.

6 - Projeto de lei nº 189, de 2012, de autoria do deputado Enio Tatto. Declara de utilidade pública a "Associação de Apoio a Família - SAF", em Barueri.

7 - Projeto de lei nº 190, de 2012, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Classifica como Estância Turística o Município de Palestina.

8 - Projeto de lei nº 191, de 2012, de autoria do deputado André do Prado. Classifica como Estância Turística o Município de Roseira.

9 - Projeto de lei nº 192, de 2012, de autoria do deputado André do Prado. Classifica como Estância Turística o Município de Caçapava.

10 - Projeto de lei nº 193, de 2012, de autoria do deputado André do Prado. Classifica como Estância Turística o Município de Cruzeiro.

11 - Projeto de lei nº 194, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt e outros. Institui o "Dia do Partido Social Democrático".

12 - Projeto de lei nº 195, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Institui o "Dia da Associação Internacional de Lions Clube".

13 - Projeto de lei nº 196, de 2012, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Declara de utilidade pública a "Associação dos Deficientes Visuais de Fernandópolis - ADVF", naquele Município.

14 - Projeto de lei nº 197, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Cria a FATEC - Faculdade de Tecnologia do Pontal do Paranapanema, vinculada ao Centro Paula Souza - CEETEPS, em Teodoro Sampaio.

15 - Projeto de lei nº 198, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Cria a ETEC - Escola Técnica Estadual, vinculada ao Centro Paula Souza - CEETEPS, em Presidente Epitácio.

16 - Moção nº 19, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que o Projeto de Lei nº 4330, de 2004, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes, seja analisado urgentemente, pois da forma como está não se vislumbra segurança alguma nos contratos de terceirização de serviços, para os dois lados.

17 - Moção nº 20, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que a Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2011, que altera o art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer a criação da Zona

Franca do Semiárido Nordeste, seja aprovada.

18 - Moção nº 21, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que a Proposta de Emenda à Constituição nº 369, de 2005, que dá nova redação aos artigos 8º, 11, 37 e 114 da Constituição Federal, não seja aprovada, pois ela é danosa para os trabalhadores brasileiros, destruindo o sistema sindical nacional.

19 - Moção nº 22, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados a fim de que o Projeto de Lei 2861, de 2011, que altera o caput do artigo 13 da Lei 8.078, de 1990, para explicitar a responsabilidade solidária do comerciante pelo fato do produto ou do serviço, seja aprovado, pois estabelece a responsabilidade solidária do comerciante, ao lado do fabricante ou do executor, pela qualidade do produto ou serviço prestado.

20 - Moção nº 23, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Ministério da Previdência Social a elaboração de estudos e a adoção das providências cabíveis para que seja instalada uma Agência da Previdência Social (APS) no Município de Brodowski.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 176, de 2012, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dispõe sobre afixação de cartaz por parte dos Cartórios de Registro Civil sobre gratuidade de emolumentos pelos registro civil, assento de óbito e certidões.

2 - Projeto de lei nº 177, de 2012, de autoria da deputada Ana Perugini. Declara de utilidade pública o "Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo de Urânia", naquele Município.

3 - Projeto de lei nº 178, de 2012, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica como Estância Turística o Município de Pontes Gestal.

4 - Projeto de lei nº 179, de 2012, de autoria do deputado Marcos Neves. Classifica como Estância Turística o Município de Carapicuíba.

5 - Projeto de lei nº 180, de 2012, de autoria do deputado Marcos Neves. Dá a denominação de "Brigadeiro Tobias de Aguiar" ao viaduto localizado no km 26 da Rodovia Presidente Castelo Branco - SP 280, em Barueri.

6 - Projeto de lei nº 181, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara de utilidade pública a "Associação de Assistência Social - Avivalista" da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, em Ubatuba.

7 - Projeto de lei nº 182, de 2012, de autoria da deputada Beth Sahnão. Dispõe sobre o efetivo mínimo feminino nas Delegacias da Mulher.

8 - Projeto de lei nº 183, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Institui a "Semana do Relacionamento Saudável" nas escolas estaduais.

9 - Projeto de lei nº 184, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Institui o "Dia dos Boas Azuis".

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 171, de 2012, de autoria do deputado Cauê Macris. Dá a denominação de "Martha Aranha Dell Porto" ao viaduto localizado no km 34 da Rodovia Tancredo Neves, sobre a linha férrea de Caieiras, Linha 7 Rubi da CPTM, naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 172, de 2012, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "Samuel Ortega Garcia - SAMUKA" ao prédio sede da Polícia Científica, em Lins.

3 - Projeto de lei nº 173, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Hermeval Bonilha Sanches" ao viaduto localizado no km 597 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em Santo Anastácio.

4 - Projeto de lei nº 174, de 2012, de autoria do deputado Fernando Capez. Dá a denominação de "Prof. Dr. Aldo Castaldi" à passarela localizada no km 270+300 m, sentido oeste, da Rodovia Marechal Rondon, em São Manuel.

5 - Projeto de lei nº 175, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 12.233, de 2006, que define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga.

6 - Moção nº 18, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine providências no sentido de que seja restabelecida a proposta original de R\$ 6,7 bilhões para o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) de 2012 e não se permita o contingenciamento de recursos do FNDCT - Fundo Nacional

de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

2ª Sessão

Projeto de lei nº 202, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF.

Em pauta por 2 (duas) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 151 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 528, de 2011, de autoria das deputadas Célia Leão e Célia Leão. Institui o "Dia Estadual da Criança Desaparecida". Parecer nº 509, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 687, de 2011, de autoria dos Sr. Governador. e Sr. Governador. Altera a Lei nº 11.600, de 2003, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10ª Região Administrativa do Estado. Parecer nº 510, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 1112, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Institui o "Dia da Defensoria Pública".

2ª Sessão

Moção nº 118, de 2011, de autoria do deputado Sebastião Santos. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei n.º 631, de 2011, que dispõe sobre o Conselho Tutelar, seja apreciado e aprovado o mais rápido possível.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 165, de 2011, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Américo Brasiliense - APAE", naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 519, de 2011, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Declara de utilidade pública a "Comunidade Terapêutica Novo Sinai", em Valentim Gentil.

3 - Projeto de lei nº 563, de 2011, de autoria do deputado Estevam Galvão. Declara de utilidade pública a "Associação Emaús - ASSEM", em Suzano.

4 - Projeto de lei nº 903, de 2011, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Espírita Benção de Paz", na Capital.

5 - Projeto de lei nº 1006, de 2011, de autoria do deputado João Caraméz. Declara de utilidade pública o "Grêmio Recreativo Esportivo e Cultural Escola de Samba Saci - GRECES SACI", em Conchas.

6 - Projeto de lei nº 1199, de 2011, de autoria do deputado Adriano Diogo. Declara de utilidade pública a "Fundação Vunesp - Fundação para Vestibular da Universidade Estadual Paulista", na Capital.

7 - Projeto de decreto legislativo nº 441, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 018410/026/03, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela Secretaria da Fazenda (CGA - Coordenadoria Geral de Administração, DSAC - Departamento de Suprimentos e Atividades Complementares) e a Empresa Limpadora Centro Ltda.

8 - Projeto de decreto legislativo nº 796, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 002295/026/95,

que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a AMAFI - Comercial e Construtora Ltda.

9 - Projeto de decreto legislativo nº 986, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 028376/026/99 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a L. Castelo Engenharia e Construções Ltda.

10 - Projeto de decreto legislativo nº 987, de 2005, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 036951/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Construtora OAS Ltdea.

11 - Projeto de decreto legislativo nº 6, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004009/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa C.A.L. Empreendimentos e Participações Ltda.

12 - Projeto de decreto legislativo nº 10, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 023428/026/01 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa H.E. Engenharia, Comércio e Representações Ltda.

13 - Projeto de decreto legislativo nº 16, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004434/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a ETEMP - Engenharia Indústria e Comércio Ltda.

14 - Projeto de decreto legislativo nº 71, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 019973/026/02 que

verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Engelux Comercial e Construtora Ltda.

15 - Projeto de decreto legislativo nº 74, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 040576/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Schahin Engenharia Ltda.

16 - Projeto de decreto legislativo nº 91, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004124/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Construtécnica Engenharia Ltda.

17 - Projeto de decreto legislativo nº 92, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 020071/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Embracil Incorporações e Construções Ltda.

18 - Projeto de decreto legislativo nº 131, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 029968/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Construtécnica Engenharia Ltda.

19 - Projeto de decreto legislativo nº 132, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 013142/026/04 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa CAL Empreendimentos e Participações Ltda.

20 - Projeto de decreto legislativo nº 139, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 029966/026/02 que

verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Múltipla Engenharia Ltda.

21 - Projeto de decreto legislativo nº 160, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 006416/026/00 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Paez de Lima Construções Comércio e Empreendimentos Ltda.

22 - Projeto de decreto legislativo nº 247, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 032170/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) e a FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras).

23 - Projeto de decreto legislativo nº 248, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 01497/026/93 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo) e o Consorcio Eletro Três de Transporte Coletivo.

24 - Projeto de decreto legislativo nº 29, de 2007, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o acórdão concernente ao processo TC 018305/026/92, que julgou irregulares os 4º e 5º termos de alteração à conversão dos valores contratuais celebrados entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e a Empresa Ypê Engenharia.

25 - Projeto de decreto legislativo nº 90, de 2007, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC-28962/026/03, que julgou irregulares a Tomada de Preços n.º 05/7826/02/02 e o contrato de 29/03/05 e ilegal o ato determinador de despesa, celebrado entre a FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação e a empresa DECIVIL Construções Ltda. Parecer nº 88, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

26 - Projeto de decreto legislativo nº 39, de 2008, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC-012823/026/04, que julgou irregulares a tomada de preços, o contrato, os termos aditivos e o termo de encerramento das obrigações contratuais firmados entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE - e a Profac Engenharia e Comércio Ltda.

27 - Projeto de decreto legislativo nº 53, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Processo TC - 030657/026/02, que julgou irregulares a concorrência, o contrato e o contrato de comodato, bem como ilegais os atos determinativos das despesas, referentes à avença celebrada entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e a Empresa Siemens Ltda.

28 - Projeto de decreto legislativo nº 57, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC-3111/026/99, que julgou irregulares a licitação e o contrato firmado entre a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo - Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado - Casa de Detenção Feminina do Tatuapé e a empresa Geraldo G. Joan & Cia Ltda.

29 - Projeto de decreto legislativo nº 84, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Processo TC - 018189/026/05, que julgou irregulares a concorrência e o contrato celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem - DER e a EIT- Empresa Industrial Técnica S/A.

30 - Projeto de decreto legislativo nº 22, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Processo TC 28066/026/06, que julgou irregular o Pregão nº 04/06, realizado pelo Instituto de Saúde.

31 - Moção nº 66, de 2011, de autoria do deputado Mauro Bragato. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério de Minas e Energia a urgente adoção de medidas necessárias junto à ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica para que se cobre das empresas a implementação de linhas de transmissão entre as 16 subestações da cidade de São Paulo.

32 - Moção nº 6, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que empreendam esforços para a aprovação do

Projeto de Lei 3392/2004, que torna obrigatória a presença de advogado nas ações trabalhistas e estabelece critérios para a fixação dos honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho.